

Golpe e Bolsonaro jogaram o povo na miséria

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A reversão do movimento de ascensão social ocorrido durante os governos do PT conduz o Brasil a um estado de desigualdade crônica, em que mais da metade da população brasileira é formada pelas classes mais pobres. A atualização do levantamento periódico da Tendências Consultoria mostra pequena variação negativa desde 2021, quando era de 51,3%, para 50,7% – bem acima dos 48,7% registrados em 2012. O quadro de empobrecimento acelerado nos últimos anos deve se manter nos próximos. A projeção dos consultores da Tendências é de que o Brasil precisará de mais sete anos para igualar o menor índice da série histórica do levantamento, iniciado em 1999. O recorde foi batido em 2014, sob Dilma Rousseff, quando o país viveu a inédita situação de pleno emprego e políticas sociais se somaram a políticas econômicas para reduzir a 47% a participação das classes D/E no total de domicílios brasileiros. “A gente prevê alguma redução da parcela dos domicílios mais pobres no total do país neste ano, mas ainda assim vamos encerrar o ano com uma fatia maior do que se tinha há dez anos”, declarou ao Valor Econômico o economista e responsável pelo estudo, Lucas Assis. “Vivemos hoje as consequências da recessão lá de 2015 e de 2016 e da pandemia. O Brasil enfrentou dois momentos difíceis na última década e 2022 ainda apresenta grandes desafios.” O estudo considera como classe D/E domicílios com renda mensal de até R\$ 2,9 mil para toda a família em novembro de 2021. Nessas classes, onde a informalidade é muito mais comum, a renda é mais volátil e oscilou durante a pandemia, aumentando a dependência dos programas de transferência social. “A classe D/E é a que forma a base da população brasileira, é a mais vulnerável economicamente. É uma população que tem participação relevante dos salários na sua renda, mas depende muito das transferências sociais”, explica Assis. O economista afirma que 47,1% da renda dos mais pobres vêm do trabalho, outros 39% vêm da Previdência Social (aposentadorias) e 12,3% são provenientes do Auxílio Brasil, o programa eleitoral de Jair Bolsonaro, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na classe C, a renda do trabalho responde por 90,8% dos recursos. Na classe A, três quartos (74,8%) da renda vêm de “outros” (como ganhos de capital com juros e dividendos, que não são tributáveis), e apenas 24,8% recebem renda do trabalho. “A população da classe D/E teve expressiva proteção com o auxílio emergencial e depois ainda recebeu uma rodada adicional do benefício em 2021”, prossegue Assis. “Mas mesmo com a ampliação dos programas de transferência não enxergamos redução da fatia dos mais pobres na população. A gente ainda vai ter uma mobilidade social muito reduzida nos próximos anos”, conclui, apontando a deterioração do mercado de trabalho e a distribuição desigual de ocupações e rendimentos entre os trabalhadores como elemento importante da queda da renda das famílias mais pobres. Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), ressalta que os ganhos dos governos do PT ainda fazem da parcela dos extremamente pobres ser menor do que a registrada no início dos anos 2000. “Durante a pandemia houve redução da pobreza entre idas e vindas por causa do auxílio emergencial. Quando se olha os dados depois do período do auxílio, claramente há aumento da pobreza, mas não se voltou ao que era nem em 2003 nem antes do Plano Real” pondera. “Uma parte do progresso alcançado naquela época se manteve.” Recorde da participação dos salários no PIB foi alcançado sob Dilma. Desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a integração de políticas sociais, estímulo a investimentos e políticas econômicas gerou um movimento de ascensão social no país que levou ao crescimento e fortalecimento da classe média. De 2002 a 2015, o aumento real do salário mínimo (acima da inflação) foi de 76,54%. Programas como o Bolsa Família e maior acesso a crédito estimularam o consumo de segmentos historicamente marginalizados, alimentando a roda de geração de emprego e renda. Em 2011, a classe média (renda familiar de R\$ 2.971,37 a R\$ 7.202,57) correspondia a 54% da população, conforme dados do Instituto Locomotiva. Ao fim do primeiro mandato

de Dilma Rousseff, em 2014, a participação dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) bateu recorde (43,5%), iniciando uma escalada. Em 2015, alavancada pela inédita situação de pleno emprego e reajustes acima da inflação para a grande maioria das categorias atingida no ano anterior, a participação salarial no PIB subiu ainda mais, para 44,6%, atingindo o novo pico histórico em 2016: 44,7%. Após as crises das pautas-bomba em 2015 e o afastamento da presidenta legítima em 2016, a regra do teto de gastos, a “reforma” trabalhista e os desmontes da Petrobras e outras estatais relevantes reverteram a curva e lançaram o Brasil no retrocesso do desemprego e da queda da renda agravada pelo descontrole inflacionário. O aumento dos juros pelo Banco Central (BC) “independente” do ministro-banqueiro Paulo Guedes completa o quadro de desolação que trava a economia e mantém o desemprego alto. Desde que começou a compilar dados sobre o poder de compra no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nunca havia registrado um valor tão baixo quanto o do trimestre de setembro a novembro de 2021. A renda média no período caiu a R\$ 2.444 por mês — valor 11,25% inferior ao do trimestre anterior. A queda na renda empurrou quase 5 milhões de brasileiros para abaixo da linha da pobreza. Trabalhadores de educação e saúde sofreram as maiores perdas. Nesta sexta-feira (29), o instituto divulgará sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua mais recente, mas a perspectiva é de estagnação no mercado de trabalho. “A classe C, que tinha melhorado de vida, vem sofrendo muito nos últimos anos. Primeiro com a recessão e depois na pandemia. Com o desemprego e a perda da renda, mas principalmente por perder conquistas que já tinham tido. Perder dói muito mais do que deixar de ganhar”, lembrou o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, no Valor, há algumas semanas. PTNacional

